

**Os Governos de Esquerda e os Impasses à Democracia Participativa: os casos do Brasil,
Chile e Venezuela**

Kátia Alves Fukushima

katia_alves1981@yahoo.com.br

IFSP – Campus Sertãozinho

Área Temática:

Democracia, Democratização e Qualidade da Democracia

“Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).
Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017”.

Os Governos de Esquerda e os Impasses à Democracia Participativa: os casos do Brasil, Chile e Venezuela

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar se houve avanços dos governos de esquerda, especificamente, os governos de Lula no Brasil (2003-2010), de Chávez na Venezuela (1999-2013) e de Bachelet no Chile (2006-2010) na conformação de um modelo de democracia participativa. A base teórica da presente pesquisa é a obra de Macpherson (1977) *“The life and times of liberal democracy”* que compreende a democracia liberal e a democracia participativa como termos complementares. De acordo com esta perspectiva teórica, a democracia participativa é entendida como o aperfeiçoamento da democracia liberal, pressupondo uma sociedade ativa e menos desigual, em que o cidadão tem oportunidades para desenvolver suas capacidades e participar cada vez mais do processo decisório. Para tanto, utiliza-se a análise comparada a partir de duas dimensões: a) a correlação de forças políticas e econômicas e; b) os recursos políticos. Ao comparar os três governos a partir dessas duas dimensões, observamos a configuração de um “governo de rupturas” (governo Chávez), de um “governo moderado” (governo Lula) e de um “governo de continuidades” (primeiro mandato de Bachelet). As conclusões obtidas a partir dos dados sobre participação mostram que o “governo de continuidades” de Bachelet se manteve mais próximo da “democracia de equilíbrio” em que a soberania popular está restrita à arena eleitoral enquanto o “governo de rupturas” de Chávez se aproximou mais da democracia participativa. Já o “governo moderado” de Lula se posicionou em um ponto intermediário entre os dois casos.

Palavras-chave: Governos de Esquerda; Democracia Participativa; América Latina.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é *verificar se houve avanços dos governos de esquerda, especificamente dos governos de Lula no Brasil (2003-2010), de Chávez na Venezuela (1999-2013) e de Bachelet no Chile (2006-2010), na conformação de um modelo de democracia participativa*. Esta, que de acordo com a abordagem aqui adotada, pressupõe uma sociedade ativa e menos desigual economicamente e socialmente, em que o cidadão/cidadã tem oportunidades para desenvolver suas capacidades e participar cada vez mais do processo decisório.

Cada vez mais a democracia liberal vem sendo questionada tanto, no campo da teoria democrática, pelos autores (AVRITZER, 2009; GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2011; SANTOS, 2010) que buscam recolocar questões substantivas (como a inclusão de grupos marginalizados nos processos decisórios, a redução da desigualdade ou o aumento dos canais de participação), quanto pelos movimentos sociais que colocam os limites da atual democracia liberal – na ordem do dia.

Os questionamentos desses movimentos nas últimas décadas guardam relação com o que Hardt e Negri (2005, p. 341-342) apontaram como pontos em comum que se manifestam em busca de um mundo verdadeiramente democrático, tais como, a crítica às atuais formas de representação, os protestos contra pobreza e a oposição à guerra¹. Segundo os autores “são constantes e generalizadas as queixas sobre os sistemas institucionais internos de representação em todos os países do mundo. A representação falsa e distorcida dos sistemas eleitorais locais e nacionais há muito vem sendo alvo de queixas”. Como também vem sendo alvo de queixas as injustiças e a ausência de estruturas legais que assegurem os direitos civis, políticos e sociais, sem falar na falta de recursos, como a falta de acesso à educação e à saúde. Esses problemas levantados é o que, para Macpherson (1978), produz a apatia política. Logo, as queixas têm em comum a reivindicação do direito a ter mais voz direta no estabelecimento das políticas – o direito de participação nos processos decisórios.

Este cenário se faz ainda mais presente na América Latina que, com a terceira onda de redemocratização, construiu democracias muito centradas nos procedimentos, caracterizadas, portanto, além de outros fatores, por restrições à soberania popular. A década de 1990 com as crises políticas, econômicas e sociais acentuadas pelas políticas neoliberais deixou transparente a insatisfação na região com os regimes democráticos vigentes. Essa insatisfação foi expressa

¹ Em 2003, por exemplo, houve intensos protestos ao redor do mundo contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados.

em manifestações sociais, abstenções eleitorais e no voto castigo, à medida que as demandas da população por governos mais inclusivos e participativos não eram atendidas. O resultado foi a eleição de governos à esquerda, vistos como representantes da “salvação” frente aos problemas da sociedade na maioria dos países latino-americanos e, em alguns casos, como os contestadores das políticas neoliberais, bem como, do imperialismo norte-americano.

O chamado “giro à esquerda” ou “maré rosa” na América Latina iniciou-se com as vitórias de Hugo Chávez na Venezuela (1998), seguido de Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2006), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Mauricio Funes em El Salvador (2009)².

Tratar de governos de esquerda requer pensar o significado da esquerda e, por sua vez, em seu contrário, à direita. Nas palavras de Bobbio (2011, p. 51), “esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade.

Com base no conceito de Bobbio (2011) e complementando com a definição de Arditi (2009) e de Braga e Amaral (2012), podemos definir “esquerda” por dois critérios: em termos ideológicos ou pelo critério da razão teórica e em termos de ação política ou pelo critério da razão prática. No primeiro caso, a esquerda apresenta como valor ideal a busca por “maior **igualdade**³ tanto no aspecto socioeconômico” quanto no “*status* de diferentes grupos, defendendo por exemplo, mais equidade entre gêneros e etnias” (BRAGA e AMARAL, 2012, p. 3, grifo nosso). A preocupação central da esquerda está, exatamente, no aumento das desigualdades e, portanto, na luta contra esta, pela “emancipação dos homens e das mulheres” (REVELLI⁴, citado por BOBBIO, 2011, p. 184), ou melhor dos grupos marginalizados.

Esse igualitarismo é entendido não como a utopia de que todos devem ser iguais em uma sociedade, “mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que

² A maioria desses governantes foram reeleitos e/ou elegeram sucessores do mesmo partido ou coalizão, com exceção do Chile, que não elegeu o candidato da mesma coalizão de Bachelet em 2010; e do Paraguai, que teve o retorno da direita através do golpe parlamentar ocorrido em 2012 contra o presidente Fernando Lugo.

³ Vale lembrar que a igualdade a que se faz referência podem ter diferenças quanto as esquerdas e contextos específicos. Ou seja, a igualdade defendida pelos comunistas é distinta da igualdade defendida pelos sociais-democratas. Portanto, como afirma Bobbio (2011, p. 179) “igualdade” não significa nada se não se define “entre quem, em relação a que e com base em quais critérios”.

⁴ REVELLI, M. (1997). *La sinistra sociale. Oltre la civiltà del lavoro*. Torino: Bollati Boringhiere.

objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 2011, p. 125-126). Neste sentido, no que se refere à ação política ou a razão prática, a esquerda, por ter a igualdade como valor, defende políticas mais inclusivas. No entanto, para entender a ação política é importante se atentar que as identidades das agrupações se modificam “de acordo com os acertos e fracassos de seus projetos, os distintos adversários⁵ com os quais devem enfrentar-se e as representações que se fazem de si mesmas” (ARDITI, 2009). No momento atual, podemos afirmar que os governos de esquerda dão ao Estado papel central na reformulação da sociedade e da economia, “adotando uma postura crítica com relação à possibilidade do mercado conseguir equacionar, sozinho, todas as demandas sociais” (BRAGA; AMARAL, 2012).

Tendo em vista a definição de esquerda, podemos distingui-la da direita pelo valor dado à igualdade. Enquanto para a primeira, como vimos, a igualdade é um ideal, para segunda não o é. A direita se prende “à igualdade diante da lei, que implica unicamente o dever por parte do juiz de aplicar imparcialmente as leis, e à igual liberdade”, que caracteriza aquilo que Bobbio chamou de “igualitarismo mínimo” (BOBBIO, 2011, p. 135). A esquerda é crítica a ideia de virtude salvacionista do mercado, enquanto, a direita se faz promotora da mesma, como podemos observar na sua defesa pela política econômica neoliberal. Neste aspecto podemos seguir a distinção de Touraine (1989) de que a esquerda está aliada as forças sociais enquanto a direita às forças econômicas.

Tanto ideologicamente quanto na atuação, ainda que em graus distintos, os governos aqui estudados consistem em governos de esquerda. Quando nos referimos à “**governos de esquerda**”, na realidade, tratamos de governos liderados por partidos e/ou líderes de esquerda que, em geral, apresentam em seus discursos e como prioridade programática os ideais da esquerda aqui expostos. No entanto, é importante ressaltar que não há um governo puramente de esquerda e/ou puramente heterodoxo. Pelo contrário, muitos governos de esquerda podem ser bem ortodoxos em suas políticas, isto porque, um governo é constituído de vários poderes compostos por diversos atores que não estão, necessariamente, ligados à esquerda. Haja vista, governos liderados pela esquerda, mas com uma base governamental e maioria parlamentar de direita. Portanto, a composição do governo, o sistema político e institucional e a correlação de forças que a esquerda enfrentará no poder, podem determinar a direção que esta irá tomar com relação as suas políticas.

Os governos recentes na América Latina vêm resignificando a ideia de democracia e corroborando, em distintas escalas e graus de complexidade, para a construção de um novo

⁵ Dentre os adversários que a esquerda enfrentou, podemos citar as oligarquias, o imperialismo, os regimes militares e, hoje, aqueles que defendem o mercado e as políticas neoliberais (ARDITI, 2009).

projeto democrático, que tem como princípios a extensão e generalização dos direitos, a abertura de canais de participação com capacidades decisórias e a inclusão (DAGNINO, 2006, p. 14). Neste sentido, esses governos defendem “uma profunda transformação tanto nos horizontes normativos das sociedades latino-americanas, como das teorias que serviam de chave interpretativa na região” (CONTRERAS NATERA, 2014).

A esquerda latino-americana ao chegar ao poder retoma a tensão entre participação e democracia. Isso ocorre porque, primeiro, os governos de esquerda assumem o poder em um contexto marcado pela crise de representação, com escassa distribuição de poder na ordem institucional, logo, o tema da participação passou a fazer parte das demandas dos movimentos sociais e, logo, da agenda democrática nos países latino-americanos. Segundo, porque, a esquerda vê na participação uma dimensão crucial para dar conta da questão da igualdade e aprofundar a democracia, transformando as relações tradicionais de domínio do Estado sobre a sociedade. De acordo com Alcántara Sáez (2008), a esquerda está mais propensa à democracia participativa já que considera que a sociedade deve representar-se a si mesma. Mas como essa mudança poderia ocorrer numa região secularmente dominada por oligarquias cujos interesses privados norteiam suas ações políticas?

Frente ao debate entre democracia e participação e as tensões dos atuais processos de mudança na região, a questão que orienta este estudo é: *Quais os avanços dos governos de esquerda, especialmente no Brasil (2003-2010), no Chile (2006-2010) e na Venezuela (1999-2013) na conformação de uma democracia participativa?*

Nosso argumento é o de que as características da correlação de forças políticas (com a oposição partidária, setores empresariais, midiáticos e da igreja) e a assimetria dos recursos políticos (oriundos dos legados institucionais, do sistema político, dos pactos e da base de apoio social) que cada grupo de esquerda contou em cada contexto resultaram em governos distintos que, por sua vez, condicionaram sua capacidade de implementar políticas participativas e de avançar para uma democracia participativa.

Em outras palavras, supomos que o governo de Bachelet – diante da correlação de forças (com a oposição e com a forte influência do setor empresarial e da Igreja), bem como, da presença dos legados institucionais advindos da ditadura (Constituição restritiva, sistema eleitoral binominal e regras rígidas para reformas) – foi condicionado a manter um “governo de continuidades”, não promovendo, portanto, mudanças institucionais a ponto de ampliar o espaço democrático. A margem de manobra do governo de esquerda estava limitada tanto por aspectos institucionais do período da transição democrática quanto pelos limites programáticos

do pacto com a direita e da própria coalizão a qual o Partido Socialista Chileno (PSCh) estava inserido.

Já no caso venezuelano, defendemos que o governo Chávez apresentou uma margem de manobra maior para a conformação de uma democracia participativa, isto porque a esquerda assumiu o governo como um novo bloco no poder, a partir da quebra da hegemonia dos atores tradicionais e da refundação do Estado. A ruptura com o *status quo* até então vigente gerou em torno do governo um constante embate com setores oposicionistas (partidos, setores empresariais e midiáticos). No entanto, com a recuperação da empresa petrolífera estatal – Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA) e o controle das Forças Armadas, bem como, com uma base de apoio popular forte e fiel e maioria no congresso, o governo conseguiu implementar uma série de políticas favoráveis à democracia participativa.

O caso brasileiro, por sua vez, se encontra em um ponto intermediário entre os casos chileno e venezuelano. A fragmentação do sistema partidário brasileiro e formação de coalizões fluidas tem como consequência a imperiosa negociação de cada tema da agenda por parte do governo. Ademais, a necessidade de conciliar diversos interesses criou limites para as reformas estruturais. Ainda, assim, a presença de uma constituição favorável com diversos mecanismos de participação e a legitimidade do então presidente Lula, bem como, o sucesso de políticas sociais empreendidas pelo seu partido favoreceram o governo na implementação e regulamentação de instituições participativas. A nosso ver, a gestão de Lula configurou um “governo moderado” comparado ao governo Chávez e ao governo de Bachelet.

Para responder a nossa questão e testar nosso argumento, buscamos comparar, a partir de duas dimensões – *correlação de forças políticas* (com a oposição partidária, setores empresariais, midiáticos e da igreja) e *recursos políticos* (oriundos dos legados institucionais, do sistema político, dos pactos e da base de apoio social) – um número pequeno (*Small-N*) de países da América Latina (Brasil, Chile e Venezuela) que durante os anos 2000 tiveram experiências administrativas com partidos de esquerda que, embora distintas, assumiram o poder dentro das regras do jogo da democracia liberal e manifestaram (direta ou indiretamente) intenções de promover governos mais participativos e inclusivos.

A análise do processo de implementação de mecanismos participativos e de aprofundamento da democracia se faz a partir de três eixos analíticos: 1) mecanismos de participação e inclusão, 2) condições favoráveis à participação e 3) participação cidadã. No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos três eixos, suas variáveis e indicadores.

QUADRO 1 – ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO EM TRÊS EIXOS ANALÍTICOS

Análise da Participação nos Governos de esquerda		
Eixos analíticos	Variável	Indicadores
Mecanismos de Participação e Inclusão	Mecanismos de Democracia direta	Plebiscito, Referendos, <i>Recall</i> , Iniciativa Legislativa Popular, Veto popular.
	Grau de Representatividade	Políticas de Inclusão (Cotas) e Representatividade de mulheres, índios e negros na política.
	Instituições Participativas	Conselhos, Conferências e Orçamento Participativo.
	Controle Social	Possibilidade de Reeleição. Nível Institucionalização Partidos. Políticas de Transparência e Conselhos de Políticas Públicas.
Condições Favoráveis à Participação	Educação	Melhoria e acesso à Educação Básica. Taxa de alfabetização. Acesso à educação superior.
	Desigualdade	Índice de Gini. Índice de Pobreza e Indigência.
Eixos analíticos	Variável	Indicadores
Participação cidadã	Participação eleitoral	Comparecimento às urnas.
	Participação em Organizações	Participação em movimentos, sindicatos e organizações. Frequência com que trabalha para um candidato e/ou partido.
	Comunicação com representantes eleitos	% dos entrevistados que já procuraram autoridade local ou do governo.
	Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões políticas	% dos entrevistados que falam com os amigos sobre política Interesse pela política ⁶

Fonte: Elaboração própria com base na literatura sobre participação e qualidade da democracia.

De acordo com esta análise é possível avaliar, por um lado, as mudanças e continuidades desses governos com relação à participação e, por outro lado, se os mesmos estão ou não definindo outros tipos de valores democráticos.

A perspectiva teórica a que se segue toma como base a obra de Macpherson “*The Life and Times of Liberal Democracy*”⁷, que vê na democracia representativa liberal – presentes nos países aqui analisados – a possibilidade de um processo contínuo de aperfeiçoamento que caminhe para um modelo de democracia cada vez mais participativo. Nessa perspectiva, democracia liberal e democracia participativa são termos complementares à medida que a passagem de um para outro se dá através da composição, e não por negação.

⁶ No que se refere à “Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas”, Diamond e Morlino (2004) utilizam como indicador a questão do Latinobarómetro que indica o percentual de entrevistados que falam frequentemente com os amigos sobre política. Além desse indicador, propomos outro indicador: Interesse pela política.

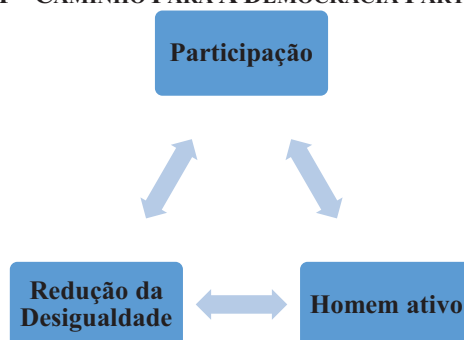
⁷ Título em português: “Democracia liberal: origens e evolução” (1978), em espanhol: “*La democracia liberal y su época*” (1981).

Espera-se, com a análise comparada desses casos, contribuir para o melhor entendimento das administrações de esquerda na América Latina, bem como, identificar os limites ou potencialidades de suas respectivas democracias.

2. O caminho para a democracia participativa de Macpherson

A ideia de participação nas democracias atuais ainda constitui uma lacuna e para preenchê-la, no sentido de aprimorar a democracia liberal de modo a torná-la mais participativa, se faz necessário, como apontou Macpherson (1978), a mudança do homem utilitarista para o homem ativo e a redução da desigualdade social e econômica. No entanto, tais mudanças requerem mais participação, o que forma um círculo vicioso (Figura 1).

FIGURA 1 – CAMINHO PARA A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA



Fonte: Elaboração Própria, com base na teoria de Macpherson (1978)

Logo, a resolução desse círculo exige um esforço tanto da sociedade civil quanto dos representantes (isto é, do governo) na busca de mudanças no que se refere à participação e aos dois requisitos assinalados por Macpherson.

Todavia, o foco deste artigo está na atuação do governo⁸ que assume papel central nesse processo, já que a participação depende em larga medida dos tipos de instituições no interior das quais o indivíduo deve agir politicamente. Em outras palavras, o fortalecimento da democracia depende da existência de um desenho institucional que ofereça oportunidades para a participação, não somente nos processos eleitorais para a escolha de representantes, mas também para uma participação cidadã no controle e na formulação de políticas públicas (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 499; LISSIDINI, 2011). Portanto, a construção do

⁸ Não queremos com isso menosprezar a importância da atuação e contribuição da sociedade na busca pela democracia participativa.

desenho institucional por parte dos governos irá nos mostrar se os mesmos oferecem oportunidades e incentivos à participação (direta e/ou indiretamente).

Se os governos são cruciais para o aperfeiçoamento da democracia e se os líderes de esquerdas apresentam como princípios a luta contra a desigualdade e a busca por democracias mais participativas e inclusivas, poderíamos concluir que os governos de esquerda caminharão, necessariamente, para a democracia participativa.

Contudo, essa suposição não é tão simples quanto parece. Veremos que vontade política nem sempre se traduz em ações e resultados políticos. Isto porque os recursos políticos de cada governo e a correlação de forças que os mesmos se depararam em cada contexto, geraram diferentes oportunidades no processo decisório. Como afirma Linz (1996, p. 15), “as características estruturais das sociedades – os conflitos reais e latentes – oferecem uma série de oportunidades e obstáculos para os atores sociais e políticos, tanto homens como instituições, que podem levar a um ou outro resultado”.

Observamos que houve uma diferença significativa dos governos de esquerda aqui analisados no que se refere a implementação de políticas favoráveis à democracia participativa. Essa variação, a nosso ver, se deve exatamente aos recursos políticos e à correlação de forças encontradas pelos governos de esquerda em cada país.

Quando falamos de recursos políticos, estamos nos referindo ao sistema político e eleitoral onde os governos têm que atuar; aos legados institucionais (que determina os recursos institucionais e de poder) deixados por governos e/ou regimes anteriores e que influenciam no processo decisório; aos pactos estabelecidos pelos atores políticos e, às bases sociais com as quais tais governos podem contar.

O sistema político é o responsável pelas relações entre os poderes políticos e a relação destes com a sociedade. Nele estará as instituições com as tarefas de decidir e executar oficialmente as normas políticas práticas em que os governos e a sociedade irão atuar.

A Constituição de um país, por exemplo, como fruto de decisões legais tomadas formalmente em um momento histórico, estabelece as normas, na qual distintos grupos sociais podem operar (Congresso, Executivo, Tribunais). “Este poder não se deriva do tipo de personalidades que atua no Congresso, no poder executivo ou no judicial, mas sim na relação que cada organização tem com a outra” (EASTON, 1968, p. 191). Ademais uma Constituição pode ser ampla ou restrita no que se refere à participação. Quando ampla, pode favorecer um governo no processo de aprofundamento da democracia, na medida em que apresenta sob forma de leis vários mecanismos de participação. Já quando são restritas, os governos, se de sua

vontade política e se as leis para reformas forem favoráveis, terão a tarefa de mudar a Constituição ou de criar emendas buscando ampliar os mecanismos de participação.

O tipo de sistema eleitoral também pode influenciar o processo decisório. Este pode gerar distorções entre o voto da população e a representação no governo, gerando um distanciamento entre representantes e representados, bem como, pode implicar na formação de amplas coalizões ideológicas entre os partidos, o que por sua vez, suscita negociação de interesses distintos e até limites na agenda de governo.

No que se refere à correlação de forças, podemos citar a relação do governo com a oposição partidária ou com setores internos ao próprio partido de governo; com os setores econômicos (empresariais e midiáticos) e até mesmo com a igreja.

Um governo se depara com diferentes atores sociais e políticos com distintos interesses. “Ademais de responder as demandas de um amplo eleitorado e dos membros do partido, os governos democráticos não podem ignorar as dos grupos de interesses”. Muitas vezes no processo decisório é preciso calcular o custo e o benefício que determinada decisão irá gerar. Pois, quando setores chaves (a exemplo dos setores econômicos) perdem a confiança no governo, “podem ser mais decisivos que o apoio do eleitorado” (LINZ, 1996, p. 45). Neste sentido, “a pressão que se produz entre os diversos interesses, sobre o conteúdo da política prática, pode ser descrita como um ‘estica e afrouxa entre os grupos’ para o controle do aparato governamental” (EASTON, 1968, p. 185). Como Bentley afirma,

Todo los fenómenos del gobierno son fenómenos de grupos que se presionan uno al otro, formándose mutuamente, e impulsando a nuevos grupos y a representantes de otros grupos (los organismos o agencias del gobierno) a intervenir como mediadores en los ajustes. Sólo cuando aislamos estas actividades de los grupos, determinamos sus valores representativos y expresamos todo el proceso en sus términos, nos acercamos a un conocimiento cabal del gobierno (BENTLEY⁹, 1949, p. 269 apud EASTON, 1968, p. 185-186).

As elites econômicas podem influenciar de maneira decisiva as políticas públicas e a formulação da agenda do governo. Essa influência é mais visível quando estas detêm o controle dos meios de comunicação ou quando estas podem financiar campanhas partidárias (BLOFIELD, 2006, p. 44). Além da influência dos setores econômicos por meio da concentração dos meios de comunicação em suas mãos ou por meio dos financiamentos de campanhas, a presença de setores conservadores no congresso pode dificultar, especialmente, os governos de esquerda na implementação de políticas progressistas.

⁹ BENTLEY, A. F. (1949). *The Process of Government*. Bloomington, In.: Principia Press.

Ademais, os setores econômicos e de direita em geral defendem a lógica do mercado e, logo, o interesse privado e o encolhimento do Estado. Manter as pressuposições do mercado quanto à natureza do homem consumidor e da sociedade apática, pode fazer todo sentido para os setores oligárquicos e conservadores que querem manter seu *status quo*, mas não condiz com os ideais da esquerda e nem com a democracia participativa.

3. Os governos de esquerda no Brasil, Chile e Venezuela: correlação de forças e recursos políticos

Ao analisar a ascensão da esquerda na Venezuela, no Brasil e no Chile, a partir da correlação de forças (com os partidos de oposição, com o setor empresarial, com a mídia ou com a Igreja) e dos recursos políticos (sistema eleitoral, Constituição, pactos e base social de apoio), concluímos que houve a conformação de três governos distintos: um “governo de rupturas” com Chávez e o PSUV; um “governo moderado” com Lula e o PT e; um “governo de continuidades” com Bachelet e o PS.

No caso venezuelano, a conformação de um governo de esquerda de rupturas se deve ao cenário de crise do sistema partidário, a deslegitimação dos atores tradicionais que favoreceu não só a eleição de Hugo Chávez, como deu ao mesmo uma margem de manobra para romper com a ordem institucional vigente e promulgar uma nova carta magna. Ainda que Chávez tenha enfrentado reações contra o seu governo por parte da oposição partidária, do empresariado e de setores midiáticos, causando uma polarização intensa na sociedade, a criação de um aparato institucional com base na Constituição, a construção de uma base social de apoio sólida por parte do governo, o controle das Forças Armadas, somada a presença de uma oposição desestruturada permitiu ao governo empreender com maior facilidade seu programa de governo.

No caso brasileiro, a conformação de um governo moderado está relacionada a fragmentação do sistema partidário brasileiro e a necessidade de coalizões ideologicamente heterogênea. O governo Lula ao buscar conciliar os diversos interesses acabou baixando a intensidade da mobilização social e política, adaptando-se à ordem política existente. Contudo, sua alta capacidade de negociação e a presença de uma constituição ampla, permitiu ao governo algumas inovações na área social e na área de política externa.

No Chile, a conformação de um governo de continuidades se deve à manutenção da Constituição de 1980 que simboliza que a transição para a democracia chilena não foi completa. Nos termos de Linz e Stepan (1999, p. 244-245), uma transição completa requer três

componentes: 1) o governo tem que estar no poder através do resultado de eleições livres e populares; 2) esse governo deve ter autoridade para gerar novas políticas; 3) que os poderes executivos, legislativo e judiciário gerados pela nova democracia não tenham que, *de jure*, compartilhar poder com outras entidades. De acordo com tais elementos, a transição democrática chilena só completou a primeira etapa. Os legados institucionais (Constituição, leis restritivas e sistema binominal) deixados pelo regime militar de Pinochet e que não foram superados pela coalizão *Concertación* da qual o Partido Socialista de Bachelet faz parte, além da necessidade de negociação com os partidos opositores, muitos ligados aos setores empresariais, midiáticos e à Igreja, dificultou o governo a cumprir o programa para o qual foi eleito.

4. O lugar da participação nos governos de esquerdas

Nesta seção, apresentamos uma análise da participação nos governos de esquerda a partir de três eixos analíticos: i) os mecanismos de participação e de inclusão criados pelos governos; ii) as condições favoráveis à participação e; iii) a participação cidadã. A análise desses eixos nos permite demonstrar o quanto os distintos governos de esquerda têm contribuído para a construção de democracias mais participativas, e logo, democracias de maior qualidade.

i. Mecanismos de Participação e Inclusão

Entendemos que um dos passos para os governos de esquerda caminharem para a democracia participativa perpassa pelo incentivo, criação e ampliação das possibilidades de participação, o que por sua vez beneficia a ampliação da capacidade de controle sobre os representantes. Tais incentivos “passam por formas específicas de financiamento e apoio à auto-organização, cotas eleitorais, partidárias ou parlamentares” (MIGUEL, 2009, p. 174-175), bem como, de inovações das instituições democráticas, da apropriação política dos direitos constitucionais, sobretudo dos princípios de participação cidadã, da inclusão dos grupos marginalizados e da inclusão de mecanismos de democracia direta.

Como se sabe, a participação no seu sentido pleno depende da inclusão dos grupos minoritários e marginalizados, pois estes “não conseguem que seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 54). Todos aqueles

afetados pelas políticas do governo, devem ter a oportunidade de influenciar e até determinar quais devam ser essas políticas.

Partindo dessa perspectiva, a análise desse eixo se faz a partir de quatro variáveis: a) Mecanismos de Democracia Direta; b) Grau de Representatividade; c) Instituições Participativas e; d) Controle Social. Foram avaliados os mecanismos de participação contidos na Constituição dos países analisados, as propostas e ações dos governos de esquerda com relação a representatividade de grupos minoritários na política e a criação ou institucionalização de instituições participativas e de controle social.

Constatamos que a partir dessas quatro variáveis podemos afirmar que em termos de ações institucionalizadas, o “governo de rupturas” de Chávez foi o que mais avançou comparado tanto aos governos venezuelanos anteriores quanto aos casos brasileiro e chileno. Este avanço se explica pela promulgação em seu governo de uma nova Constituição que apresenta de forma institucionalizada inovações quanto aos mecanismos de participação – como os mecanismos de democracia direta (em especial a presença de referendo revogatório) e de inclusão, com destaque para a reserva de três cadeiras na Assembleia destinadas aos povos indígenas. O “governo moderado” de Lula, por sua vez, ganhou bastante destaque em termos de instituições participativas, com o incentivo, criação e reformulação dos conselhos e conferências nacionais. Já o “governo de continuidades” de Bachelet não apresentou tantos avanços, muito devido a conservação de uma Constituição muito restritiva no que se refere à participação e ao poder de veto da direita.

Portanto, o governo de Bachelet, com relação ao eixo: mecanismos de participação e inclusão – estaria mais próximo da “democracia de equilíbrio”, isto porque a participação institucionalizada ainda permaneceu reduzida à arena eleitoral – como meio para eleger seus governantes. Houve avanços nas instituições de controle social, mas não se apresentou avanços nos mecanismos institucionais de participação como os mecanismos de democracia direta. O governo Chávez, por sua vez, está situado mais próximo à democracia participativa e o governo Lula se encontra em um ponto intermediário entre os dois governos.

Todavia, não basta apenas mecanismos e instituições participativas se as condições econômicas e sociais não são propícias para a participação.

ii. Condições favoráveis à participação

Como Macpherson (1978, p. 113) apontou, a desigualdade social e econômica pode dificultar o processo de participação. A estrutura de classes, a pobreza, o analfabetismo pode

influenciar negativamente a participação dos que se situam nos estratos inferiores, tornando-os relativamente apáticos. Logo, o governo deve criar condições favoráveis a participação reduzindo a desigualdade (de renda e de oportunidades), estimulando as capacidades humanas através de serviços universais de educação, saúde e proteção social.

Nessa mesma linha de pensamento, Diamond e Morlino (2004) apontam que a ideia de participação está intimamente relacionada com a igualdade política, isto porque, mesmo que os direitos formais de participação sejam respeitados, as desigualdades com relação aos recursos políticos podem tornar muito mais difícil para as pessoas de menor *status* exercer os seus direitos democráticos de participação. Logo, uma condição fundamental para uma ampla participação em uma democracia de qualidade é a ampla difusão da educação básica e alfabetização, bem como, um Estado de Direito, que defenda o direito e a capacidade dos grupos sociais vulneráveis de participar plenamente. Neste eixo, portanto, buscou-se verificar as ações e os avanços sociais dos governos que contribuíram para a criação de condições favoráveis à participação.

A análise, a qual, conseqüentemente, se reporta à questão social, mostrou que nos três casos a tentativa foi de inclusão dos setores até então marginalizados politicamente, economicamente, culturalmente e socialmente. Os três governos encontraram, de certa forma, condições econômicas favoráveis para a implementação de política sociais – com o *boom* das *comodities* e, através dos programas sociais, conseguiram reduzir, de forma significativa, a pobreza e a situação de indigência¹⁰. Implementaram políticas que promoveram um maior acesso à educação, com atenção aos setores marginalizados (pobres, negros, indígenas e mulheres) – em especial no Brasil e na Venezuela. No Chile, ainda que as políticas educacionais implementadas pelo governo Bachelet tenham gerado melhorias na educação, não foram suficientes, deixando latente o problema da desigualdade no acesso à educação básica e superior. Ainda assim, os três países apresentaram redução na taxa de analfabetismo e aumento no número de matrículas no ensino superior.

A partir das políticas sociais adotadas pelos governos de esquerda aqui analisados, podemos afirmar que os mesmos investiram em uma política de desenvolvimento com equidade, dando ao Estado papel central na condução dessa política. Contudo, também podemos apontar diferenças na condução da mesma.

¹⁰ No Brasil, em 1990, as taxas de pobreza e indigência que era de 48% e 23,4% respectivamente, caíram para 20,9% e 6,1% em 2011. No Chile, nos mesmos anos, a pobreza e a indigência atingia, respectivamente, 38,3% e 13% e caíram para 11% e 3,1. Já na Venezuela a pobreza, por exemplo, que atingia 49,4% em 1999, se viu reduzida a 29,5 em 2011. No mesmo período a taxa de indigência diminuiu de 21,7% para 11,7%.

Tanto o governo Lula, quanto o governo Bachelet focaram no consumismo, ou seja, na ascensão do cidadão pelo consumo, o que no caso do Brasil coincidiu com a criação de uma nova classe média, porém, sem um trabalho de investimento na conscientização política. Não podemos negar que as políticas sociais implementadas trouxeram avanços sociais para a democracia, especialmente, quando comparado aos governos anteriores nos respectivos países, no entanto, a lógica do cidadão como agente no mercado ainda prevaleceu, o que dificulta o avanço para a democracia participativa. Ademais, tais cidadãos enquanto agentes no mercado condicionam suas escolhas a partir do seu poder de compra, logo, no período de crise econômica seu apoio é retirado independentemente do projeto político em questão.

No caso da Venezuela, as políticas sociais foram implementadas com uma boa dose de integração política, o que não significa que o governo Chávez tenha eliminado a lógica do mercado prevalecente na sociedade. O próprio Chávez em seus discursos apontava para a necessidade de uma maior conscientização política da sociedade. Para além das críticas à possível cooptação dos cidadãos através das políticas chavistas, podemos afirmar que houve uma correlação entre participação e políticas sociais.

No que se refere a desigualdade, os dados¹¹ demonstraram que a Venezuela apresentou uma maior redução da desigualdade. No Brasil também houve diminuição da desigualdade, mas ainda continua alta comparada à média da região. Já no Chile, a desigualdade no país, permaneceu quase que inalterada durante o primeiro mandato de Bachelet, o que mostrou que as políticas sociais implementadas neste período não foram suficientes no combate à desigualdade.

O resultado dessas políticas, como veremos, irão refletir na participação dos cidadãos no processo decisório.

iii. Participação cidadã

Neste eixo, é analisada a participação cidadã com foco nas variáveis da dimensão participação (participação eleitoral, participação em organizações, comunicação dos representados com os representantes e interesse pela política) desenvolvidos pelos estudos de qualidade da democracia (Quadro 2).

¹¹ A média dos países da América Latina no que se refere ao índice de Gini foi de 0,512 em 2010. Na Venezuela, no mesmo ano, o índice era de 0,394, apresentando uma diminuição expressiva da desigualdade de distribuição de renda. Em 2003, o índice de Gini no Brasil era de 0,621 e em 2011 o índice caiu para 0,559. No Chile, desde 1990, o índice de Gini se manteve em torno de 0,52 (dados Cepal).

QUADRO 2 – INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO PROPOSTO POR LEVINE E MOLINA (2007; 2011) E DIAMOND E MORLINO (2004)

Dimensão	Variável	Indicadores
Participação Levine e Molina (2007; 2011) e Diamond e Morlino (2004)	Participação Eleitoral	- Porcentagem da população em idade de votar que vai às urnas;
	Participação em Organizações	- Frequência com que trabalha para um candidato ou partido político.
Participação Diamond e Morlino (2004)	Comunicação com os representantes eleitos e outros titulares de cargos	- Percentual dos entrevistados que já procuraram autoridade local ou do governo.
	Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas.	- Percentual de entrevistados que falam frequentemente com os amigos sobre política;

Fonte: Levine e Molina, (2007, 2011); Diamond e Morlino (2004)

A partir dessas variáveis, é possível demonstrar a qualidade democrática dos países aqui analisados a partir da dimensão participação. Segundo Morlino (2010, p. 37), a qualidade da democracia é alta quando se observa:

a extensiva participação dos cidadãos, não somente votando, mas tomando parte na vida dos partidos políticos e organizações da sociedade civil, na discussão de questões de política pública, na comunicação e na cobrança de responsabilidade por parte dos representantes eleitos, na monitoração da conduta pública dos governantes e no engajamento direto com as questões públicas em sua comunidade local.

Para Levine e Molina (2011, p. 9), é através da participação que os cidadãos escolhem seu governo, o controla e influencia as políticas, indiretamente ou por intermédio de representantes. “Quanto maior for a participação, maior será a probabilidade de que o governo e suas decisões sejam sensíveis a vontade do povo”. Ou seja, maior a probabilidade de um governo responsivo.

Embora o presente artigo não tem o intuito de avaliar a qualidade da participação nos respectivos países e, sim, demonstrar o papel dos governos no processo de implementação de políticas favoráveis à democracia participativa, os indicadores apontados pela literatura sobre qualidade da democracia podem corroborar com nossa análise.

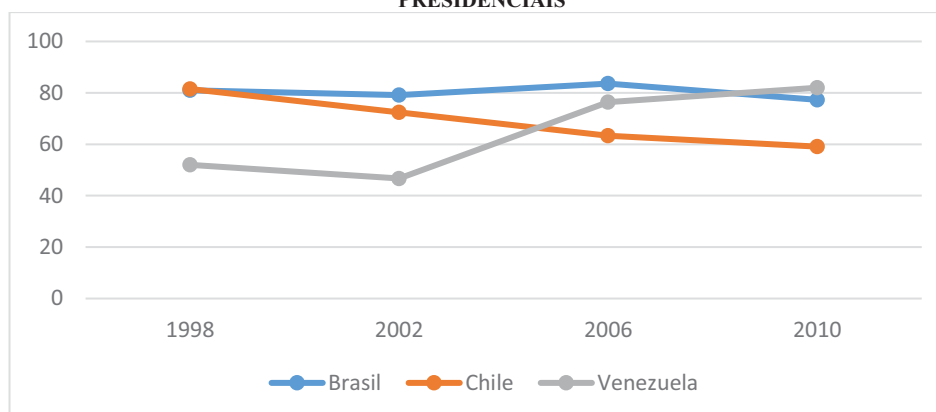
1) Participação Eleitoral

A participação eleitoral dos cidadãos contribui com a função educativa da participação. Quanto mais os cidadãos participam, mais capacitados estarão para participar ou ainda como

aponta Levine e Molina (2011) maior será a probabilidade de que o governo e suas decisões sejam sensíveis a vontade do povo.

A participação eleitoral é medida pela porcentagem da população (em idade de votar) que vai às urnas. No Gráfico 1, podemos verificar o comparecimento da população às urnas nos processos eleitorais para eleição do executivo entre 1998 e 2010.

GRÁFICO 1 – TAXA DE COMPARECIMENTO SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO APTA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS



Fonte: Braga e Amaral, 2013, International Idea;

Observa-se um aumento significativo da participação eleitoral no governo Chávez a partir de 2002, atingindo mais de 80% em 2010. O Chile, ao contrário, apresentou diminuição significativa na participação eleitoral. Nas eleições presidenciais que levaram Bachelet ao poder, a taxa de comparecimento da população apta a votar foi de 63,3%. Nas eleições de 2010, essa taxa caiu para 59,1. Segundo Altman (2006), essa falta de adesão da população chilena à participação nas eleições se deve ao sistema de registro eleitoral que até então era voluntário¹² e ao sistema binominal que reduz o peso do voto. No Brasil a taxa de participação eleitoral¹³ sempre foi alta, porém apresentou uma pequena redução entre 2006 e 2010. No primeiro mandato do presidente Lula a taxa de participação eleitoral aumentou de 79,1 (2002) para 83,6 (2006). Ao final do seu mandato (2010), houve uma queda dessa taxa para 77,3.

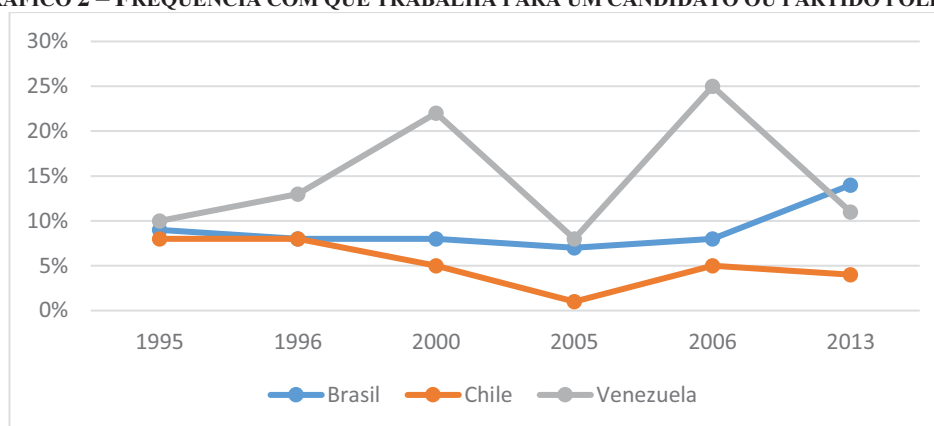
2) Participação em Organizações

¹² Em 2009, o registro eleitoral passou a ser automático (Lei nº20.337).

¹³ Vale lembrar que no Brasil o voto é obrigatório. No Chile até então, o registro eleitoral era voluntário e o voto obrigatório, logo, quem não quisesse votar era só não se registrar. Este sistema gerava uma distorção nos dados sobre a abstenção eleitoral no Chile, quando os dados utilizavam o número de registros e o número de comparecimentos às urnas. Na Venezuela o voto é facultativo.

Para uma democracia participativa e de qualidade, os cidadãos devem participar não somente dos processos eleitorais, mas ser ativo também na sociedade, através das organizações, movimentos, partidos entre outras instituições participativas para além da arena eleitoral. Assim, para analisar a participação dos cidadãos em organizações, utilizamos como indicador uma questão do Latinobarómetro: "Com que frequência você faz uma das seguintes opções: trabalhar para um candidato ou partido político: muito frequentemente, frequentemente, quase nunca, nunca (Levine e Molina, 2011). O Gráfico 2 demonstra o percentual de entrevistados que responderam muito frequentemente ou frequentemente.

GRÁFICO 2 – FREQUÊNCIA COM QUE TRABALHA PARA UM CANDIDATO OU PARTIDO POLÍTICO



Fonte: Latinobarómetro 1995-2013

A Venezuela apresenta um nível maior de participação, especialmente em 2000, com 22% dos que responderam trabalhar frequentemente para um candidato ou partido e em 2006 com 25%. No entanto entre 2006 e 2013 essa taxa caiu significativamente. A participação no Brasil obteve uma média de 8% entre 1995 e 2006, subindo para 14% em 2013. O Chile, por sua vez, apresentou índices muito baixo. Durante o mandato de Bachelet a média foi de 4,5%.

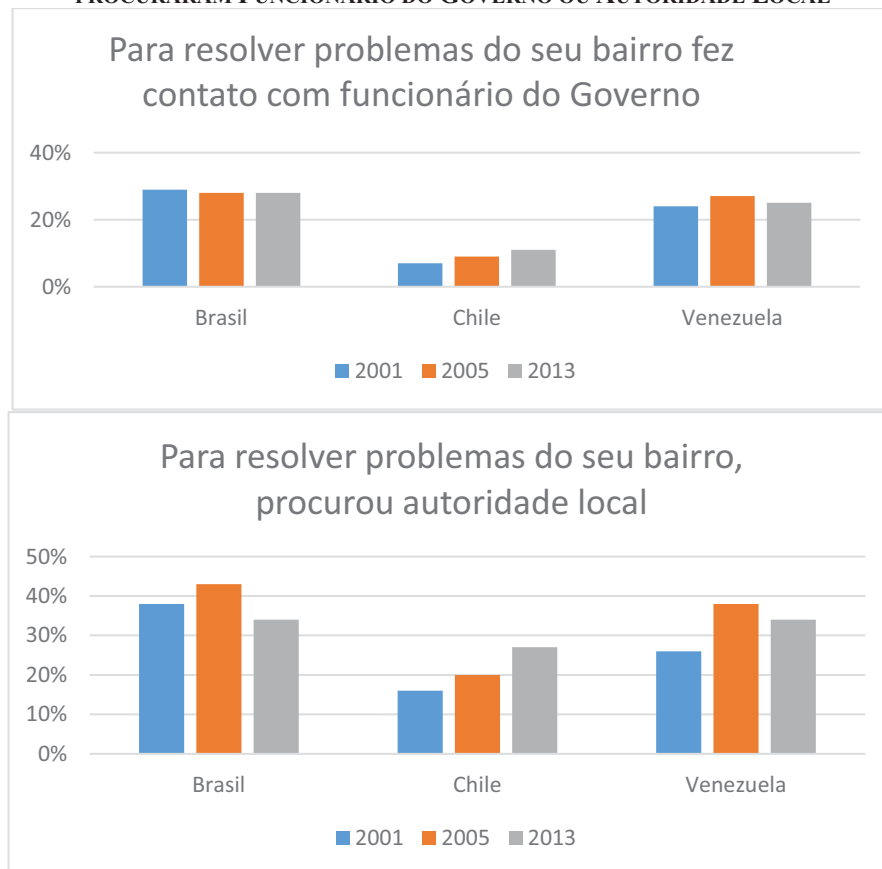
Além da questão do Latinobarómetro, Braga e Amaral (2013) com base no banco de dados do LAPOP (*Latin American Public Opinion Project*) apresentaram dados sobre a participação em reuniões de comitês e associações de bairro, movimentos e partidos políticos (pelo menos uma vez ao ano). Os dados apontados pelos autores demonstraram uma maior participação na Venezuela. A média dos entrevistados venezuelanos que responderam participar de reuniões de comitês e associações de bairro nos anos de 2007, 2008 e 2010 foi em torno de 35,2%. No Brasil essa média foi de 16,1% e no Chile a média foi de 21%. Já no que se refere a participação em reuniões de movimentos ou partidos para os mesmos anos o índice foi menor nos três países. No entanto, na Venezuela essa participação também foi maior

comparado ao Chile e Brasil, com uma média de 13,7%. No Brasil a média foi de 8,9% e o Chile apresentou a menor taxa de participação com 3,5%.

3) Comunicação com os representantes eleitos e outros titulares de cargos

Para avaliar a comunicação da população com os representantes eleitos utilizamos as questões do Latinobarómetro: Para resolver problemas em seu bairro: você contatou uma Autoridade Local ou Funcionário do Governo?

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE PARA RESOLVER PROBLEMAS DO SEU BAIRRO JÁ PROCURARAM FUNCIONÁRIO DO GOVERNO OU AUTORIDADE LOCAL



Fonte: Latinobarómetro 2001-2013

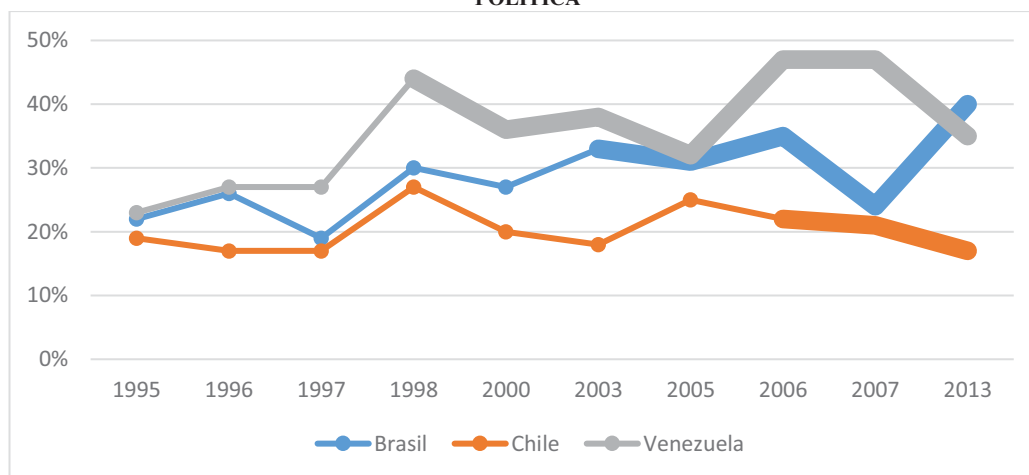
A comunicação com funcionários do governo e autoridades locais, como podemos observar no Gráfico 3, é mais comum no Brasil e na Venezuela do que no Chile. A distância entre representante e representado pode demonstrar uma deficiência no que se refere ao controle cidadão sobre a representação.

4) Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas

Diamond e Morlino (2004), utiliza como indicador a questão do Latinobarómetro: Frequência com que se fala de política com os amigos. Além deste indicador, utilizamos também o Interesse pela Política (O quanto você está interessado na política?). Esse índice busca complementar o proposto por Diamond e Morlino, pois não necessariamente podemos afirmar que aqueles que não falam de política com os amigos são desinteressados pela política.

Ao analisar os Gráficos 4 e 5, podemos perceber que o Chile apresenta as menores taxas dos entrevistados que responderam que falam de política com os amigos e daqueles que se interessam pela política. No segundo mandato de Lula no Brasil, o percentual de entrevistados que falam frequentemente com os amigos sobre política caiu de 35% em 2006 para 24% em 2007. Já o percentual daqueles que responderam que se interessam pela política aumentou de 20% em 2007 para 35% em 2010.

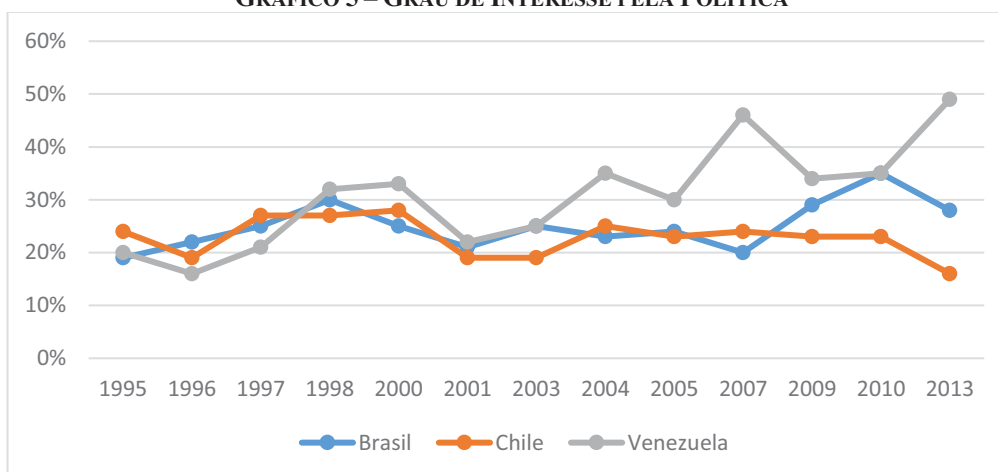
GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE FALAM FREQUENTEMENTE COM OS AMIGOS SOBRE POLÍTICA



Fonte: Latinobarómetro 1995-2013

A Venezuela, apresentou um nível maior de comunicação da população sobre questões políticas, apresentando uma redução entre 2007 e 2013 do percentual de entrevistados que falam de política com os amigos de 47% para 35%. Já em relação ao percentual de entrevistados que responderam que se interessam pela política apresentou um aumento de 35% em 2010 para 49% em 2013 (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 – GRAU DE INTERESSE PELA POLÍTICA



Fonte: Latinobarómetro 1995-2013

De acordo com o informe do Latinobarómetro de 2013, o interesse pela política se distribui de forma muito desigual na região, sendo 49% na Venezuela e 17% no Chile. O Brasil aparece com 28%, estando na média da região. No Chile a falta de interesse pela política se deve ao distanciamento dos partidos com a sociedade. Já na Venezuela, no período Chávez houve uma atomização da política e um incentivo a mobilização dos sujeitos sociais. Ademais, a polarização intensa na sociedade entre chavistas e oposição traz para a sociedade a sensação de disputa política constante para além dos momentos eleitorais.

Em geral, os dados sobre a percepção dos cidadãos demonstraram que houve maior grau de apropriação das dinâmicas participativas na Venezuela, seguida do Brasil. O Chile, por sua vez, apresentou déficit significativo no que se refere a participação dos cidadãos. Estes dados reafirmam exatamente que os países que tiveram mais participação dos cidadãos são os que de fato conseguiram implementar políticas favoráveis à democracia participativa. Logo, o Chile com uma Constituição restritiva no que se refere aos mecanismos de participação, com o distanciamento dos partidos em relação à sociedade, com um sistema eleitoral que até então gerava distorção em relação aos votos dos eleitores e uma alta desigualdade econômica e social já justifica a baixa participação.

A análise dos três eixos – 1) mecanismos de participação e inclusão, 2) condições favoráveis à participação e 3) participação cidadã – apresentados nesta seção nos revela com maior nitidez o lugar da participação nos governos de esquerda. Afinal, os governos de esquerda estudados, cuja tradição é marcada pela busca de maior participação e inclusão da sociedade nos processos decisórios, de fato conseguiram avançar para uma democracia participativa? As

diferenças entre os governos impactaram no processo de implementação de políticas de participação e inclusão?

Ao comparar os avanços da democracia nos três governos de esquerda, a partir de um gradiente que vai da “democracia de equilíbrio” (democracia liberal procedimentalista) à “democracia participativa”, teríamos a seguinte figura:

FIGURA 2 – POSIÇÃO DOS GOVERNOS DE ESQUERDA ENTRE A “DEMOCRACIA DE EQUILÍBRIO” E A “DEMOCRACIA PARTICIPATIVA” QUANTO AOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO



Fonte: Elaboração Própria

Esta mostra que o Chile mantém a democracia de equilíbrio ou a democracia liberal em seu sentido minimalista, em que a soberania popular se restringe à arena eleitoral. O caso brasileiro se encontra em um ponto intermediário entre a democracia liberal minimalista e a democracia participativa. Já o caso venezuelano está mais próximo da democracia participativa com diversos canais de participação institucionalizado e por ter promovido a redução da desigualdade.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo central analisar os possíveis avanços dos governos de esquerda, especificamente no Brasil (2003-2010), no Chile (2006-2010) e na Venezuela (1999-2013) na conformação de uma democracia participativa.

Como destacamos, a esquerda assumiu o poder na região em um cenário de crise de representação democrática. As críticas às democracias existentes e à própria teoria hegemônica da democracia representativa liberal se situavam no déficit de canais de participação.

A demanda por uma democracia mais participativa faz todo sentido com os ideais da esquerda, já que esta vê na participação um elemento crucial para se alcançar a igualdade. Contudo, os casos aqui analisados não buscaram romper com as democracias representativas liberais, mas sim aperfeiçoá-la. Neste sentido, justificamos a abordagem adotada no presente artigo – a democracia participativa de Macpherson, que constitui exatamente no

aperfeiçoamento da democracia liberal, pressupondo mais participação, uma sociedade ativa e menos desigual. Se a esquerda tem como princípio a luta contra a desigualdade e a busca por governos participativos e inclusivos, logo, os governos de esquerda apresentam uma clara tendência para caminhar no sentido da democracia participativa.

Todavia, no caminho para a democracia participativa havia muitas pedras, dificultando o caminhar da esquerda. Para aprofundar a democracia, a esquerda latino-americana precisava necessariamente romper com as amarras das oligarquias e com os padrões historicamente estabelecidos, buscando ações coletivas em sociedades marcadamente dominada pelos pressupostos do mercado e, logo, pela *práxis* individualista.

A análise dos três governos de esquerda demonstrou que a correlação de forças e a assimetria de recursos políticos presentes em cada contexto, geraram diferentes oportunidades no processo decisório, conformando governos bem distintos.

No caso chileno, com o governo de Bachelet (2006-2010), o pacto de governabilidade estabelecido com a direita no processo de transição para a democracia e a formação de uma coalizão – *Concertación* – da qual o Partido Socialista faz parte, impôs ao governo a conciliação de diversos interesses divergentes que, em alguns casos, o limitou no processo de implementação de políticas públicas. Ademais, da influência dos setores econômicos (empresariais e midiáticos) e de setores da igreja na formulação da agenda do governo. Os entraves autoritários – com um sistema eleitoral binominal que tem como tendência distorcer a representação, o quórum alto para implementar reformas constitucionais e a presença de uma Constituição extremamente restritiva somados a uma base social débil, devido ao distanciamento dos partidos (inclusive do Partido Socialista) com relação à sociedade, dificultaram o governo de Bachelet na implementação de seu plano de governo. Este desenho político e a manutenção do programa neoliberal e de uma política externa atrelada aos Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos, configuraram a nosso ver um “governo de continuidades”.

No caso Brasileiro, com o governo Lula (2002-2010), a presença de uma Constituição ampla com mecanismos de democracia direta, a proximidade com os movimentos sociais e sindicatos e a capacidade de negociação de Lula foram favoráveis no processo de implementação de políticas sociais. Todavia, o sistema político brasileiro da forma como está desenhado exige coalizões para garantir a governabilidade. Estas coalizões, no entanto, não são ideologicamente consistentes, o que faz com que o governo tenha que negociar cada tema da agenda com os diversos interesses organizados nessa base. A conciliação de interesses tão contraditórios, gerou no governo Lula um apaziguamento dos movimentos e limitou a adoção

de políticas estruturais tão necessárias para o real fortalecimento da democracia. Ademais, a base de apoio ao governo, permeada em sua maioria pelo poder de compra, não era forte o suficiente, tornando o governo ainda mais dependente das negociações parlamentares. O governo Lula, a nosso ver, configurou um “governo moderado”, comparado aos casos do Chile e da Venezuela.

No caso venezuelano, com o governo Chávez (1999-2013), podemos afirmar que houve a conformação de um “governo de rupturas”, com a fundação de uma nova ordem institucional, através da promulgação de uma Constituição ampla com diversos mecanismos de democracia direta e que deu ao presidente Chávez uma margem de manobra significativa no processo de implementação de políticas sociais. Embora a forte influência do empresariado, dos setores midiáticos, da oposição partidária e a própria radicalidade do governo, tenha gerado intensa polarização na sociedade, a presença de uma base de apoio popular sólida, o controle das Forças Armadas, a presença de uma oposição fragmentada e débil favoreceram a legitimidade do governo. O governo Chávez obteve maioria na assembleia em todos os seus mandatos, o que facilitou a implementação do seu plano de governo, já que não precisava negociar com os setores oposicionistas.

Ao comparar os três governos de esquerda no que se refere ao aprofundamento da democracia no sentido de uma democracia participativa, observamos que a configuração de um governo de rupturas (governo Chávez), de um governo moderado (governo Lula) e, de um governo de continuidades (primeiro mandato de Bachelet) impactaram no processo de implementação de mecanismos participativos e na forma como esses governos conceberam a participação.

Os dados sobre participação – analisados neste artigo a partir de três eixos: 1) mecanismos de participação e inclusão; 2) condições favoráveis à participação e 3) participação cidadã – mostraram que o “governo de continuidades” de Bachelet se manteve mais próximo da “democracia de equilíbrio” enquanto o “governo de rupturas” de Chávez se aproximou mais da democracia participativa. Já o “governo moderado” de Lula se posicionou em um ponto intermediário entre os dois casos.

Os limites impostos pela correlação de forças com a direita, pelos pactos e pelos legados institucionais – ao governo Bachelet não permitiram a mudança da Constituição de 1980, herdada da ditadura, e nem mesmo reformas significativas a ela. A implicação da manutenção dessa carta magna está na restrição à soberania popular. Sem mecanismos de democracia direta, como consultas populares (para além das eleições tradicionais) e iniciativas populares, o país não conseguiu caminhar para a democracia participativa. No que se refere à representatividade

dos grupos minoritários, como mulheres e indígenas – o governo buscou avançar ao estabelecer a paridade entre homens e mulheres nos ministérios, porém como essa medida não foi institucionalizada, o retrocesso foi visível no governo seguinte. Em geral, no que se refere aos mecanismos de participação e inclusão, o governo de Bachelet conseguiu avançar de forma significativa na implementação de políticas de controle social, porém de caráter muito mais consultivo do que deliberativo. Quanto à criação de condições favoráveis à participação, as políticas focalizadas ajudaram na redução da pobreza e indigência do país, mas estas não foram suficientes para reduzir a desigualdade. Ademais, ainda que o governo tenha implementado políticas de melhorias na área da educação, a desigualdade no acesso educacional ainda se faz latente no país. Os poucos canais de participação e a alta desigualdade no país refletiram na participação dos cidadãos, que demonstram a partir das pesquisas de *surveys* uma certa apatia política. Portanto, concluímos que o Chile, no governo de Bachelet (2006-2010), manteve a “democracia de equilíbrio” ou, melhor dizendo, a democracia liberal em seu sentido minimalista em que a soberania popular está restrita à arena eleitoral.

O governo Lula, embora tenha encontrado limites com as coalizões que representavam interesses divergentes, conseguiu implementar políticas importantes na área social. Ademais, no Brasil, ao contrário do Chile, a carta magna foi fruto de um processo constituinte, pós ditadura, em que teve grande participação popular. Logo, no caminho para a democracia participativa, o Brasil está um passo à frente do caso chileno, ao apresentar uma série de mecanismos de democracia direta, como consultas populares (plebiscito) e iniciativa popular, além de conselhos na área de políticas públicas. No que se refere à representatividade dos grupos minoritários (mulheres, negros e índios), observa-se uma baixa participação desses grupos na política. No caso das mulheres, há uma lei de cotas que estabelece o mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas para candidaturas de cada sexo nas listas eleitorais. A lei é importantíssima para reverter a baixa participação das mulheres na política, mas ainda falta políticas de incentivo a essa participação. Já em relação as instituições participativas e de controle social, o governo Lula teve destaque ao criar e reformular os conselhos e estimular as Conferências Nacionais. Houve, também, avanços significativos no que se refere à inclusão de setores até então marginalizados, em especial, com a política de cotas para negros na universidade, a melhoria das condições sociais das famílias de baixa renda, através do Programa Bolsa Família e das políticas salariais. Tais políticas refletiram na redução da pobreza e da indigência, além da não tão significativa redução da desigualdade. Neste sentido, podemos afirmar que houve de certa forma uma mudança na concepção de democracia no Brasil, ainda que a concepção do homem consumidor tenha prevalecido.

No caso Venezuelano, a crise do sistema partidário, a presença de uma oposição fragmentada, a maioria no congresso e a conquista de uma base de apoio sólida deu à Chávez o poder de mudar a ordem institucional vigente e estabelecer uma nova hegemonia no país. Para além das críticas à concentração de poder no executivo, a análise dos dados mostra um direcionamento para uma democracia mais participativa através das políticas implementadas. Chávez promulgou uma nova Constituição, com uma série de mecanismos de democracia direta. Além das consultas populares (referendos e plebiscitos) e iniciativas populares (iniciativa de projeto de lei), a carta magna venezuelana apresenta o referendo revogatório (*recall*) – um instrumento importantíssimo na mão dos cidadãos para controlar os seus representantes. Ademais desse instrumento, foram criados os poderes Cidadão e Eleitoral. O Poder Cidadão pode constituir em uma importante instituição de fiscalização dos poderes executivo e legislativo, além de ser um canal de participação da sociedade. No que se refere à representação dos grupos minoritários, houve um retrocesso por parte do Conselho Nacional Eleitoral que retirou a obrigatoriedade das cotas para mulheres, porém ainda assim, a Venezuela comparada ao Brasil e ao Chile, teve maior participação das mulheres na política. Com relação os povos indígenas, o governo apresentou um avanço significativo ao estabelecer três cadeiras na Assembleia para os indígenas. Essa política está institucionalizada na Constituição. Durante o governo Chávez surgiram várias instituições participativas como os “círculos bolivarianos, os conselhos que foram institucionalizados a partir da Lei dos Conselhos Comunais (2006), além dos “Parlamentos de *Calle*” criado pelo governo com o intuito de promover a discussão dos projetos de lei em assembleias organizadas pela Assembleia Nacional. No que se refere à área social, o governo criou as chamadas “Missões Bolivarianas” que consistia em vários programas sociais em diversas áreas (saúde, educação, habitação entre outras). O resultado dessas políticas refletiu na redução da pobreza, da indigência e, o mais expressivo, na redução da desigualdade.

Se as condições são favoráveis à participação, maior será a participação. Os dados de *survey* reafirmaram essa afirmação, mostrando que na Venezuela houve uma maior apropriação das dinâmicas participativas por parte da população. Neste sentido, podemos afirmar que o governo Chávez, comparado ao governo de Lula e de Bachelet, está mais próximo da democracia participativa.

Para além das diferenças entre os governos de esquerda aqui analisados, não podemos negar que eles apresentaram uma sensibilidade maior com a questão social. Tanto nos discursos quanto nos programas de governo e, de certa forma nas políticas implementadas, foi possível identificar o *ethos* da igualdade, expressos na atenção aos setores marginalizados política,

econômica e socialmente. A esquerda, neste sentido, ao assumir o poder e buscar empreender políticas econômicas redistributivas e políticas de inclusão, trouxe para o debate uma questão que parecia não fazer mais sentido na área da ciência política, qual seja: a questão da relação de classes. Se por um lado, as políticas de empoderamento das classes mais baixas, das mulheres, dos negros e dos indígenas significaram o aprofundamento da democracia e a transformação das relações tradicionais entre Estado, sociedade e mercado, por outro lado, estas mesmas políticas geraram a insatisfação nas classes mais abastadas.

A ascensão da esquerda nestes países representou mais que uma simples ideologia de esquerda no poder, representou a ascensão de um operário, de uma mulher, de um representante das classes populares ao mais alto cargo de países que sempre foram dominados pelas oligarquias conservadoras. Para estas, era melhor manter a “casa grande e a senzala” em seus devidos lugares. Portanto, a luta por superar a concepção de democracia mínima e procedimental é uma luta muito maior, é a luta por superar as situações de dominação e exploração enrustados na sociedade de tal forma que se veem naturalizadas nas relações sociais e se mostram como a luta de classes em tempos de ausência de consciência de classe.

Ainda que as esquerdas aqui analisadas tenham representado avanços significativos para o fortalecimento da democracia – o caminho à democracia participativa ainda é muito incerto – principalmente em sociedades marcadamente influenciadas por setores econômicos em que prevalece a concepção do cidadão consumidor. A esquerda neste quesito tem muito o que avançar em países, como os latino-americanos, onde o caminho único dado pelo capitalismo hegemônico dificulta, senão barra, mudanças estruturais necessárias para outras transformações políticas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. 2008. La escala de la izquierda. La ubicación ideológica de presidentes y partidos de izquierda en América Latina. **NUEVA SOCIEDAD**, n° 217, septiembre-octubre.

ALTMAN, David. 2006. Continuidades, Cambios y Desafíos Democráticos en Chile (2006-2009). **Colombia Internacional**, n° 64, jul - dic 2006, p. 12 – 33.

ARDITI, Benjamin. 2009. El giro a la izquierda en América Latina: una política post-liberal? **Ciências Sociais**, Unisinos, 45 (3), p.232-246, setembro/dezembro.

AVRITZER, Leonardo. 2009. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, Leonardo (org.) (2009). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez. p.27-54.

BLOFIELD, Merike. 2006. **The politics of moral sin**: Abortion and divorce in Spain, Chile and Argentina, Routledge: New York & London.

BOBBIO, Noberto. 2011. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção. 3ª ed., São Paulo: Editora UNESP.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. do. 2013. Participação e Competição nos governos de esquerda em países da América Latina: os casos do Brasil, Chile, Bolívia e Venezuela. **VII Congresso Latino-americano de Ciência Política**, Universidade dos Andes de Bogotá.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. do. 2012. Governos de esquerda e a Qualidade da democracia na América Latina: Notas de pesquisa. **36º Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de Lindóia.

CONTRERAS NATERA, Miguel Angel. 2014. Entre la altermodernidad y la gobernanza global. Neoliberalismo interrumpido en America Latina. **Summer LASAK International Conference**. BUFS, Busan, Korea, 24-25, May.

DAGNINO, Evelina. 2006. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e potencialidades. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Orgs). **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, Campinas/São Paulo: Unicamp, 2006

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. 2004. The Quality of Democracy. Center on Democracy, **Development and the Rule of Law** (CDDRL). Number 20, 21 September.

EASTON, David. 1968. **Política Moderna**: un estudio sobre la situación de la ciencia política. México, D.F.: Editorial Letras, S.A.

GURZA LAVALLE, Adrian.; ISUNZA VERA, Ernesto. 2011. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, n.84. pp. 95-139.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. 2005. **Multidão**. Editora Record: Rio de Janeiro.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. 2007. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC: Florianópolis, Brasil, 25 a 27 de abril de 2007.

LEVINE, Daniel H.; MOLINA, José Enrique. 2011. **The Quality of Democracy in Latin America**. London: Lynne Rienner Publishers.

LEVINE, Daniel H.; MOLINA, José Enrique. 2007. La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. **América Latina Hoy**, abril, no. 45. Universidad de Salamanca, España, p 17-46.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. 1999. **A transição e consolidação da democracia**. A experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra.

LINZ, Juan. 1987. **La Quiebra de las Democracias**. Madrid: Alianza Editorial.

LISSIDINI, Alicia. 2011. **Democracia directa en Latinoamérica**: Entre la delegación y la participación. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.

MACPHERSON, Crawford B. 1978. **A democracia Liberal**: Origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MIGUEL, Luís Felipe. 2009. Democracia, Representação e Comunidade. In: ARAUJO, Cicero; AMADEO, Javier. **Teoria política Latino-americana**. São Paulo: Hucitec: FAPESP.

MORLINO, Leonardo. 2010. Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”? In: MOISÉS, José Álvaro (Org). **Democracia e Confiança**: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2010. **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto internacional de derecho y sociedade.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. 2002. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (2002). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TOURAINE, Alain. 1989. Los cambios de la izquierda, más allá del socialismo. Planeta. Madrid.